



Anais da Assembléia

N.º 54

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 78.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Benedito Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Nelson Buffara, Rosário Pitelli, Trajano Bastos. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 181/76, veto PARCIAL ao Projeto de Lei n.º 23/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/76, que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto, por maioria, com VOTO VENCIDO.

OFÍCIO n.º 52/76.

Curitiba, 3 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 08/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n.º 23/76, por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado.

Dispõe o autógrafo sobre a criação e extinção de cargos

do Quadro de Pessoal da Secretaria dessa Augusta Assembléia Legislativa, com vistas à reorganização de seus serviços administrativos, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "no prazo de 30 (trinta) dias", constantes do artigo 2.º.

Ao deixar de acolher as citadas expressões, o fiz tendo em conta ponderações de Vossa Excelência sobre a inconveniência do prazo ali estabelecido, considerado exíguo face à natureza e complexidade da matéria versada no Plano de Lei em questão.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) Sr. Presidente, queria apenas indagar da Mesa, para poder melhor situar a questão, as razões do veto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Esta Presidência comunica que as razões do veto estão publicadas no avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O veto é sobre o prazo de 30 dias, que é exigência da mensagem, e que não poderia a Comissão Executiva em tão curto prazo, fazer a reestruturação das carreiras.

O SR. ENÉAS FARIA — Consultaria à Mesa, se poderia conceder, por liberalidade, 5 minutos, levantando a sessão, ou suspendendo-a, para que pudéssemos ler as razões do veto, porque a Ordem do Dia da Assembléia acaba de nos chegar às mãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Suspender a sessão não é fácil, mas a Mesa aguardará, para que V. Exa. leia as razões do veto.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Tive tempo suficiente para ler a matéria e estou esclarecido com relação a questão e já tenho uma posição firmada para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.— Mantido o veto na parte em que o projeto foi vetado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/76.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 79.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jaime Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Benedito Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Nelson Buffara, Rosário Pitelli, Trajano Bastos. (6)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor ABILIO COSTA ocorrido em data de 23 de maio próximo passado, em São José dos Pinhais, cidadão de elevado conceito social, tronco de prestigiosa e tradicional família daquele Município.

Solicito, outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa, à sua esposa, Senhora ARLINDA COSTA, residente naquela cidade, à rua Barão do Cerro Azul, Caixa Postal 170 - São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que está subscrevendo, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer seja constado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 11 de maio do corrente, da Sra. Palmira Alves do Nascimento Soares, na cidade de Goioerê.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social,

solicitando a instalação de um Posto de Saúde, no distrito de Oliveira Castro, município de Guaíra.

Tal solicitação prende-se ao fato do referido distrito contar com uma população quase que totalmente de agricultores, que quando necessitam de tratamento médico, ou de apenas uma consulta, precisam viajar vários quilômetros até a sede do município para serem atendidos.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuado o cascalhamento da estrada que liga Imbituva a Ivaí.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

A ligação entre Imbituva e Ivaí, atualmente, deixa muito a desejar, dada as precárias condições em que se encontram, em especial por ocasião das chuvas, quando a formação do barro e lama, torna intransitável e perigoso aquele trecho, dificultando sensivelmente o transporte para escoamento da safra.

Salienta-se que aqueles municípios, estão sofrendo um impulso desenvolvimentista nos últimos tempos, principalmente pela produção agrícola que tem recebido incentivo do governo como também, a suinocultura que tem se expandido, contribuindo com uma significativa importância aos cofres públicos, além de colaborarem para o aumento da renda nacional.

Assim sendo, julgamos merecer tal região, uma atenção mais acentuada por parte dos órgãos responsáveis, razão pela qual, solicitamos aos ilustres pares o apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que determine seja colocada sinalização adequada para a noite, com luminosos ou dispositivos que ao reflexo da luz, alertem imediatamente o motorista, pois por ocasião da execução de obras tanto pela TELEPAR, SANEPAR ou COPEL, são abertas valetas no meio das ruas, e quando os serviços não são terminados no mesmo dia, passam a noite abertas, sendo colocados apenas alguns cavaletes, além de deixarem elevações de terra, o que tem ocasionado sérios acidentes, sendo alguns até, de consequências fatais.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

É muito comum esses órgãos, abrirem as ruas para a realização de canalização telefônica ou saneamento, e por estas ocasiões, temos verificado que raramente a sinalização é coerente com a necessidade do tráfego, pois acobertam estas aberturas, apenas com cavaletes, deixando as valetas abertas e com elevações de terra, o que tem acarretado inúmeros acidentes, não só de consequências materiais mas, em alguns casos, até fatais.

Queremos lembrar que, quando ocorre reparação e manutenção de estradas, onde o movimento é reduzido em relação ao da

nossa Capital, a estrada é sinalizada até com tochas, além de luminosos que alertam à grande distância os motoristas. Então perguntamos: Por que essa displicência com relação ao centro?

Não devemos esquecer que é a vida humana que se está colocando em grave risco e esta, deve ser preservada pelos órgãos responsáveis.

Por conseguinte, pela relevância do assunto, acreditamos que o nosso apelo, será compreendido pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança, e, em assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 19/76.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 60/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "CASA DA AMIZADE" das Senhoras dos Rotarianos de Mandaguari, com sede e foro naquela cidade de Mandaguari.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se encontra revestida de todos os requisitos legais exigidos pela Legislação reguladora da matéria.

Os benefícios que a mesma vem prestando à Comunidade de Mandaguari, são comprovados tendo em vista o reconhecimento de utilidade pública pelo Poder Municipal, através da Resolução 1/74, de 21 de maio de 1974 - anexa ao presente.

A cópia dos seus Estatutos e a documentação que encaminhamos com o presente justificam plenamente e o reconhecimento público estadual que ora propomos, e que temos certeza contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei n.º 61/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Os funcionários públicos estaduais, que houverem completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício, terão computado, para efeito de aposentadoria, por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, na forma da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná), o tempo de serviço prestado à iniciativa privada, vinculada à Previdência Social.

Art. 2.º - Para os efeitos desta Lei, o tempo de serviço ou atividade, conforme o caso, será computado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

- 1- Não será admitida a contagem de tempo de serviço em dobro ou em outras condições especiais.
- 2- É vedada a acumulação do tempo de serviço público

com o da atividade privada, quando concomitante.

Art. 3.º - A aposentadoria por tempo de serviço, com aproveitamento da contagem autorizada por esta Lei, somente será concedida ao funcionário público estadual, que contar ou venha a contar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal, de redução para 30 (trinta) anos, se mulher, e para 25 (vinte e cinco anos), se ex-combatente.

Parágrafo único - Se a soma dos tempos de serviço ultrapassar os limites previstos neste artigo, o excesso não será considerado para qualquer efeito

Art. 4.º - A contagem de tempo de serviço prevista nesta Lei não se aplica às aposentadorias já concedidas.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, no ano de 1975, em ato jurídico, acolhendo antiga e sempre prometida aspiração do funcionalismo público nacional, sancionou Lei, determinando a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de Atividade Privada, para efeito de aposentadoria.

O texto originário do Congresso Nacional, estendia, através do seu artigo 3.º, referido benefício ao funcionalismo Estadual ou Municipal, de todo o território brasileiro.

Entretanto, o Exmo. Sr. Presidente da República, invocando a Autonomia Constitucionalmente Garantida aos Estados e Municípios, houve por bem em vetar aquele artigo, deferindo às entidades próprias (Estados e Municípios) estudo e agasalho da tese ali esposada, daquilo que fosse de seu peculiar interesse.

Ora, se o Governo da União reconheceu a legitimidade de direito de seu funcionalismo à Contagem de Tempo de Serviço, recíproca, para os fins de aposentadoria que especifica, é legítimo se esperar que o Estado do Paraná venha também acolher através da norma legal, que ora tenho a honra de submeter à apreciação dessa colenda Assembléia Legislativa do Estado, essa mesma aspiração do nosso funcionalismo.

Estou perfeitamente tranquilo, referentemente à legitimidade e direito deferido no projeto de lei em tela, que espero, merecerá o acatamento das doutas comissões desse Plenário, considerando mesmo, que no futuro, bem poucos serão os servidores que se beneficiarão do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das características mais acentuadas das modernas civilizações - refiro-me portanto às Américas especialmente - é de que os seus povos vivem basicamente em função do futuro. E porque assim é, todos eles exercem a própria vida, baseada na esperança.

Ainda recentemente, um dos melhores produtores do cinema nacional, Roberto Farias se não me equívoco, ao pretender dar o título a um de seus filmes, teve a rara felicidade de escolher exatamente aquele que se adaptava não só ao contexto da própria película cinematográfica mas que, sobre-

tudo dizia perfeitamente e com bastante propriedade, o que é o povo brasileiro.

O título do filme era: "BRASILEIRO, PROFISSÃO, ESPERANÇA".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a 29 de abril pretérito apresentei à Mesa, proposta de emenda constitucional visando a equiparar os Promotores de Justiça, com os Juizes de Direito da mesma entrância, bem assim como nivelar os vencimentos dos Procuradores da Justiça, aos dos Juizes do Tribunal de Alçada.

Segundo estitui a Constituição do Estado em seu artigo 23, parágrafo segundo, a proposta de emenda deverá ser discutida e votada em reunião da Assembléia Legislativa dentro de 60 dias, a contar do seu recebimento, ou apresentação.

Ora, se a apresentação da emenda constitucional ocorreu em 29 de abril e hoje nós estamos em 25 de maio, praticamente se passou metade do prazo previsto na Constituição, para que esta Casa apreciasse tal emenda constitucional. Estas emendas à Constituição têm uma tramitação especial, elas não passam pelas Comissões Técnicas, como ocorre com as demais proposições em relação ao seu respectivo processo legislativo.

É indispensável a formação de uma Comissão Especial que deverá deliberar sobre tal emenda, para que posteriormente o Plenário, em duas sessões, se manifeste. Todavia, Sr. Presidente, ainda que reiteradas vezes V. Exa. ou quem o substitui neste cargo tenha solicitado à Liderança da ARENA especialmente que faça a indicação dos membros de tal Comissão, até esta data não houve nenhum pronunciamento do eminente Deputado, IVO THOMAZONI. Em contrário, o eminente Líder do MDB, Deputado Osvaldo Macedo, já fez as respectivas indicações do seu Partido e, esta tarde, quando vejo que, por força de um prazo constitucional, que não pode, de forma alguma ser prorrogado, pretendo solicitar, publicamente ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni que faça a indicação dos membros da ARENA que deverão compor esta Comissão, sob pena de assim não procedendo, demonstrar inequivocamente, que seu Partido, ao qual pertença e ao próprio Governo do Estado, não tem interesse algum em concretizar a grande esperança dos membros do Ministério Público que é a de serem iguais quanto ao vencimento, os Promotores em relação aos Juizes de Direito; os Procuradores de Justiça, em relação aos Juizes do Tribunal de Alçada. Não há o que mais discutir sobre esta matéria, que já foi exaustivamente debatida por ocasião da tramitação do Projeto 30/76. O que temos agora pela frente, é uma missão maior, é colocar no plano constitucional, aquilo que ficou sendo mera discussão acadêmica no plano da Lei Ordinária,

Era só.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna, um fato ocorrido no último sábado, durante a realização de partida de futebol, entre o Clube Atlético Paranaense e Colorado Esporte Clube e, naquela oportunidade um torcedor mais afoito, conseguiu burlar a vigilância e adentrar ao estádio, e num acontecimento que passará ao folclore esportivo deste Estado, aquele torcedor foi abraçar e beijar os atleticanos do Atlético Paranaense, numa demonstração de carinho aos atletas, pedindo que se esforçassem no último minuto, pois a partida estava prestes a terminar. As cenas da imprensa revelam de que aquele moço levado por um sentimento puro, apenas procurava demonstrar aos atletas a necessidade de se empenharem para conseguirem o gol de empate, empate este que, realmente, ocorreu. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele moço que entrou, amistosamente, no gramado, que conforme declaração do próprio juiz, posteriormente, á imprensa, depois da partida, pedia aos jogadores,

quando os abraçava, que fizessem tudo para que o Atlético não perdesse a partida.

Aquele garoto ainda, foi violentamente, agarrado pela Polícia Militar, conduzido com violência para fora do campo e, o que é mais lamentável e este é o fato que me traz à tribuna fato que teve uma publicidade negativa ao Estado do Paraná e, principalmente à nossa Polícia, quando aquele moço estava sendo conduzido para fora do campo, não opunha resistência alguma, foi estupidamente agredido com pontapé por um dos integrantes da Polícia Militar. Com este ato, a Polícia Militar ganhou as manchetes e, pela Rede Globo, através do Programa Fantástico, foi divulgado para todo o Brasil.

Hoje, a imprensa, através de um artigo de Carlos Alberto Pessoa, faz este comentário:— (Lê) "Condenável a atitude de um PM sábado à tarde lá no Belford Duarte. O jogo, ruim, chegava ao fim, quando um cidadão, vestindo a camiseta do Atlético, "adentrou ao tapete verde".

Devagar, como quem não quer nada, foi até a área do Colorado. Sem ser molestado. Temi pelo pior (agredirá alguém?) Nada disso. O atleticano, descalço e de pilequinho, queria pedir um gol, o do empate salvador, aos seus ídolos. E foi abraçando calorosamente, quem encontrava pela frente. Sem distinção de cor, raça, sexo ou religião. Não vinha brigar, mas fazer apelo. Aproveitando o ensejo, tome abraço, aperto de mão. Aquela figura magra, desajeitada e fraternal era, no mínimo, inusitada. E a platéia ria divertida, sem sinal de crueldade. O ambiente no estádio atingiu ponto ótimo. Até que a PM resolveu intervir. Sem senso de humor, sem delicadeza, Quando estavam na pista empurrando o alegre atleticano, um deles, sem mais aquela, sem motivo, covardemente, deu um pontapé no rapaz, pelas costas. A maioria riu, E vaiou. A teve pegou o flagrante, injustificável e lamentável. Espero que os responsáveis pela Corporação dêem forte puxão de orelha no antipático e estúpido soldado. Ele merece. Tenho certeza que o IBOPE da PM baixou depois do espetáculo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou requerendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado para que determine a apuração deste fato.

Ainda há pouco tempo, na Guanabara, durante a publicação dos resultados das Escolas de Samba, houve um incidente lamentável em que a polícia, encarregada de proteger ou dar segurança ao espetáculo, abusou e se excedeu, agredindo os populares. A PM da Guanabara requisitou os vídeo tapes de uma estação de Televisão, e através de uma prova idônea puniu aqueles militares.

Ora, não é possível que isso aqui venha a acontecer no Paraná e que fique omissa a nossa polícia. Um fato lamentável, é verdade, mas que tem que ser corrigido, através de uma pronta e enérgica manifestação da própria Polícia Militar.

Estou apresentando um requerimento ao Sr. Governador do Estado, com o intuito de preservar a nossa corporação policial, que não pode ser execrada perante a opinião pública, pela conduta de um apenas dos seus elementos. O requerimento, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer seja consultado o augusto Plenário desta Casa, para requerer do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, enérgicas e imediatas providências, a fim de que seja apurada a responsabilidade e punição dos policiais que durante a realização do jogo de futebol entre o Clube Atlético Paranaense e o Colorado Esporte Clube, na data de 22 do corrente, cometeram abusos e arbitrariedades contra o cidadão Orlindo Gaspezaki, pelo simples fato deste torcedor haver invadido o campo para abraçar os atletas que participavam daquela partida.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

Cabe a Polícia Militar do Estado do Paraná promover o policiamento e a segurança nas praças esportivas, dando assim cumprimento aos deveres inerentes ao Estado.

Todavia, a PM não poderá exceder na sua necessária e até indispensável tarefa de repressão.

Tais abusos, atentam não apenas a segurança individual, mas contribuem para a insegurança pública e o próprio des- crédito da instituição policial.

Os acontecimentos registrados no transcorrer da parti- da de futebol, no último domingo, no Estádio Belford Duarte entre o Clube Atlético Paranaense e Colorado Esporte Clube, não podem ser ignorados pelo Comando da Polícia Militar.

Não apenas pela indignação causada no público presente que protestou pelos abusos praticados no jovem Orlando Gaspe- zaki, mas porque tais cenas foram televisionadas para toda a Nação e quicá ao exterior.

Recentemente no Estado da Guanabara, arbitrariedades policiais, também em repessão ao público, foram exemplar- mente punidas, tendo o Comando daquele Estado, se servido de "videos-tapes", para apurar os responsáveis pela agressão.

Ora, aqui também poderá o Comando da PM servir-se da mesma prova para evidenciar com segurança os autores dos abusos ora denunciados.

Por outro lado, as fotografias publicadas pelos jornais locais, bem demonstram da desproporção entre a frágil ameaça que representava a segurança do espetáculo o fato de um soli- tário e fanático torcedor haver invadido o campo para abraçar seus ídolos e o contingente policial que sobre ele se armou não apenas para constrangê-lo a abandonar o gramado, mas chegando a desnecessária e estúpida atitude de agredí-lo, por tráz, a pontapés.

Ressalte-se a necessidade de ser defendida a honorobi- lidade e exemplar conduta das nossas tropas policiais, no entan- to a omissão ante tais fatos, estão a comprometer tal conduta.

Busca-se não a execução da nossa Polícia Militar, perante a opinião pública, mas sim o desmando de alguns policiais, que pela truculência e abusos de repressão, comprometem o bom nome da nossa organização policial.

Ademais, com a revelação das cenas a todos os rincões brasileiros, impõe-se, como exemplarmente se fez na Guana- bara, uma efetiva e energica punição, para restaurar a insegu- rança que se possa imaginar existir nos espetáculos futebolís- ticos deste Estado.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que se tivéssemos que todos os dias no decorrer de cada mandato, vir a esta tribuna falar de erros cometidos pela polícia e principalmente erros cometidos aos olhos da Justiça do Paraná, teríamos que aqui estar na constância des- te mandato e naturalmente o assunto jamais se esgotaria.

Hoje, procederei desta tribuna mais uma denúncia contra

as injustiças que se faz através da Secretaria de Segurança Pública deste Estado, contra pessoas honestas, honradas, dignas e digno chefe de família. Denúncia esta que já foi, além de publicada por um dos jornais de grande circulação deste Es- tado, dado o conhecimento ao Sr. Secretário de Justiça, e ne- nhuma providência fora tomada contra verdadeiros assassinos que assumem responsabilidade e delegam poderes, de manter a ordem pública na cidade interiorana, deste meu Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os feitores da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, continuam a infelicitizar os lares, denegrir a sociedade, violentando o sossego e a ordem pública.

Os calças-curtas, delegados de Polícia, mais bem vistos como cabos-eleitorais, continuam a sua faina de envergonhar, de enxovalhar, desonrando acima de tudo a Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado.

E a Polícia do Paraná, até o momento, parece estar a ser- viço do sadismo, da maldição e do instinto, principalmente, os incultos soldados da milícia, destacados nas pequenas locali- dades, homens afeitos a campearem os meretrícios nas peque- nas localidades, e lupanares; vestindo-se, alimentando-se e por- tanto as abertas ao codre, os entusiastas revólveres 44, tudo através do soldo dado pelo povo, violentando e seviciando, espancando cidadãos dignos, pessoas honradas, fazendo carac- terizar sempre e sempre, as cenas de horrores como estas que vimos denunciar desta tribuna, ocorrida no dia 14 deste mês, na pequena e pacata cidade de Ubitatã.

Quando, na oportunidade, um ancião respeitável chefe de família, comerciante, com 58 anos de idade, em companhia do seu neto, José Ramos, com 18 anos de idade, foi arreba- tado do local de trabalho, levado ao calabouço denominado Delegacia de Polícia daquela localidade, para ali serem sub- metidos à servicia, comandada pelo Delegado calças-curtas de nome Avelino Leite, pelo policial Josias de tal, e pelo seu companheiro de farda, José Ramos.

Sobre o fato reportou a "Folha de Londrina" no dia 25 do corrente mês, sob o título "Arbitrariedade Policial em Ubi- ratã", enviado ao Secretário de Justiça.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de pro- ceder a leitura do que reportou o jornal sobre o acontecimento queremos estranhar, estranhar mesmo, o fato da falta de pro- vidências do Sr. Secretário de Justiça do Paraná que apesar de ter tido o conhecimento do fausto acontecimento, nenhu- ma providência tomou se não a de mandar orientar, presume-se o delegado assassino para abrir inquérito contra as vítimas e conforme poderão observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados no decorrer da leitura da publicação efetuada pela "Folha de Londrina", o que procederemos, neste instante.

É lamentável, Sr. Presidente, nós já denunciemos daqui, por diversas vezes, fatos como estes. Daqui já foram efetuadas denúncias por deputados das duas bancadas.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Estamos assistindo com atenção ao seu pronunciamento, e queremos, neste instante, está solidário com V. Exa. porque fato idêntico ocorreu a meses atrás na minha cidade, cidade representada por nós, que é Santana do Itararé, onde vimos policiais atacando indiscriminadamente pacatos cidadãos que vivem, que morejam e labutam naquele rincão e quero, neste instante, parabenizar-me com V. Exa. pela coragem de vir à

tribuna para denunciar fatos que não devem ser repetidos numa sociedade como é o Paraná e como é o Brasil onde o povo civilizado trabalha pelo bem estar de sua terra.

Quero, neste instante, dar a V. Exa., ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado, os meus parabéns porque V. Exa. está mexendo, está tocando num fato muito importante, e elementos como estes da Polícia Militar devem ser extirpados de uma sociedade que só procura maleficamente traduzir o que não é conceito cristão, que não é conceito humano; por isso tem V. Exa., de público, ilustre Deputado Lúcio Machado, os meus parabéns, os meus aplausos, a minha solidariedade.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado Gabriel Manoel. V. Exa. dá a este Plenário, acima de tudo uma demonstração de que a nossa afirmativa é a evidência dos fatos principalmente nesta legislação.

Não é denúncia de partido, não é denúncia da Oposição, não é denúncia do MDB. É denúncia dos Deputados que compõem a bancada da ARENA, é denúncia dos que compõem a bancada do MDB nesta Casa, é denúncia dos representantes do povo de todas as áreas contra as ações arbitrárias da polícia que ocorrem e decorrem todos os dias neste Paraná sem que entretanto S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado tome medidas enérgicas principalmente contra soldados assassinos que, em vez de honrar e dignificar a paz aqui dentro, usam essa paz para corromper, para lançar o terror para amedrontar as famílias, para fazer o que fizeram com este homem na cidade de Ubatã, segundo denúncias formuladas através da "Folha de Londrina", e que passo, com o devido respeito, a proceder à leitura. (Lê):

"Folha de Londrina", sábado, 25 de maio de 1976. Tópico da publicação: Arbitrariedade policial em Ubatã denunciada ao Secretário de Justiça página 14, fotografias das vítimas, laudo médico e a publicação que diz o seguinte:

Ubatã da sucursal de Campo Mourão o violento espancamento a que foram submetidos João Pereira da Silva com 58 anos de idade e seu neto José Ramos de 18 anos de idade por parte do soldado lotado na Delegacia de Polícia deste município com a anuência e mesmo participação do delegado Adelino Leite, foi denunciado ao Secretário Túlio Vargas da Justiça, através de memorial com centenas de assinaturas solicitando a intervenção do Secretário para a apuração das responsabilidades."

O documento, datado do último dia 19, diz: "Vimos pelo presente, comunicar a V. Exa. fato ocorrido dia 14 do corrente mês e ano, em Delegacia desta cidade, onde dois soldados, abusando de suas autoridades, espancaram violentamente um jovem de 18 anos a seu avô de 58 anos de idade. Solicitamos, ao mesmo tempo, intervenção dessa Secretaria para apuração dos acontecimentos que tanto abalaram a opinião pública, uma vez que as vítimas José Ramos e João Pereira da Silva são pessoas aqui domiciliadas, nada havendo que desabone suas condutas."

Termina o memorial solicitando a punição dos faltosos.

Os fatos: no último dia 14, José Ramos trabalhava no estabelecimento comercial pertencente à família, e localizado na estação rodoviária, quando recebeu voz de prisão, acusado de furto de uma mala, onde se dizia conter algumas peças de roupa e a importância de um mil e 400 cruzeiros, além de uma sacola com um frango.

Levado à Delegacia de Polícia, pelo soldado Josias de tal e um seu companheiro de farda, José Ramos foi socorrido por seu avô, João Pereira da Silva que procurou esclarecer ao Delegado Avelino Leite a improcedência das suspeitas.

Ao alegar à autoridade que seu estabelecimento não era "guarda-de malas", e que se o fato houvesse ocorrido, o desaparecimento da mala não seria de responsabilidade de seu neto, mas poderia ser atribuída a outra qualquer pessoa, foi agredido pelo Delegado; agarrado e espancado pelos soldados Josias de tal e um seu companheiro.

Recolhidos ao xadrez, continuaram sendo surrados para confessar o furto. Levando pancadas por todo o corpo, principalmente nas solas dos pés e nas mãos.

As torturas só tiveram fim com o estado de inconsciência a que foi levado José Ramos, sendo as vítimas liberadas mais, tarde, com a interferência de advogado.

Após recolhidos a sua residência, com fortes dores lombares, somente dois dias após, por iniciativa de terceiros, as vítimas foram submetidas a exames de lesões corporais que comprovaram a violência e a arbitrariedade da ação policial.

O laudo assinado pelo médico José Rodrigues Neto, do Hospital São José, afirma a existência de hematomas nas regiões orbitais edema das regiões palmares e plantares de João Pereira da Silva.

Intimação para processo. Ao tomar conhecimento de que as vítimas haviam procurado a reportagem da "Folha de Londrina", para denunciar publicamente o fato, o Delegado Avelino Leite intimou João Pereira da Silva e José Ramos para prestarem declarações e responderem a inquérito policial".

Ainda, Sr. Presidente, a "Folha de Londrina" estampa fotografias das duas vítimas da sanha do Delegado "calça-corta" e dos milicianos assassinos daquela localidade e mostra as regiões palmares, tanto das mãos como dos pés, totalmente inchados, totalmente intumescidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são centenas as vítimas dos policiais. E estas vítimas que mencionei, o avô, é uma pessoa que residia no meu município por mais de 30 anos, comerciante, agricultor, homem digno, honrado, chefe de família, uma das figuras mais proeminentes pela sua dignidade, pelo respeito, pelas condições de atendimento que sempre teve para com seus vizinhos, esse homem que durante todo o tempo em que o conheci nunca apresentou um sintoma qualquer de desvio de procedimento, esse homem que se mudou para Ubatã.

Transferiu-se para aquela cidade com sua família, onde exerce atividade comercial lícitamente, esse homem não foi poupado, e temo que não tenha sido poupado porque seu filho também cidadão honrado, cidadão digno, cidadão trabalhador e cumpridor de seus deveres, ingressou e é membro do Diretório do meu Partido naquela localidade, membro do M.D.B.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. permite um aparte: (Assentimento)

Congratulo-me com V. Exa. por esse pronunciamento. Delegacia de Polícia no Estado do Paraná, quantas arbitrariedades têm sido cometidas no Estado por esses Delegados de calças-curtas, como V. Exa. afirmou. Elogiava o pronunciamento de V. Exa. mas neste meu aparte já sinto minhas dúvidas

quanto ao atendimento por parte de S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança do Estado.

O ano passado, dezenas de Deputados desfilaram na tribuna, denunciando, fazendo queixas e pedindo providências.

Este Deputado que o aparteia, teve a oportunidade de denunciar um Delegado por fato semelhante a esse, na cidade de Guaira, Dr. Paulo Barreto.

Tão perigoso é o caso, que o Deputado da Arena, Fabiano Braga Côrtes, após examinar as provas que tínhamos, que foram encaminhadas à Mesa para que fossem enviadas ao Secretário de Segurança Pública, pediu, ele próprio, abertura de Inquérito.

Acontece que o Delegado foi removido para Umuarama e até hoje não consta nenhuma atitude disciplinar de S. Exa. o Sr. Secretário contra esse Delegado.

É bom que continuemos nessa trincheira de luta, porque realmente os Delegados do Interior do Estado, já passaram a cabos eleitorais do governo.

Recebi a semana passada, da cidade de Moreira Sales, a queixa de que o Delegado de Polícia daquela localidade vem espancando até menores e escolhe para os seus espancamentos, justamente o estabelecimento comercial do vice-Presidente do MDB, para intimidar o povo e para, depois que a ARENA vê tudo perdido, tentar mais uma vez, com promessas de espancamento, ganhar a eleição neste Estado.

Congratulo-me com V. Exa., no mesmo momento que digo que não acredito que este ano, já que no ano passado nada foi feito, sejam tomadas providências contra Delegados de Polícia, cabos eleitorais deste governo, no interior do Estado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, o seu aparte evidencia que, graças a Deus, nesta oportunidade, os 4 cantos do Paraná têm aqui a sua representação, a voz autêntica de seus representantes.

Se assim não fosse, se não tivéssemos trazido para cá, pela vontade suprema do povo do Paraná, os 25 representantes da Oposição, talvez estes fatos se avolumassem muito mais porque, na realidade, V. Exa. tem razão quando afirma taxativamente que o MDB vai vencer as eleições nos quatro cantos deste Estado.

Isto é uma grande preocupação para o Governo e, por isto mesmo, o Governo parece se servir de espancamentos, conforme vêm ocorrendo, para afastar o povo desta opção.

Mas, o povo está entendendo que o Sr. Secretário de Segurança Pública está fechando os olhos para esses acontecimentos denunciados pelos homens da Oposição aqui da Casa do Povo.

Podem V. Exas. ter certeza de que estas denúncias continuarão a ser efetuadas.

Quero deixar, bem claro, nesta oportunidade, que tenho certeza de que S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública vai atender ao requerimento que daremos entrada hoje, pedindo a abertura de um inquérito especial naquela localidade para a verificação dos fatos.

Tenho certeza ainda que será extirpado daquela locali-

dade esse homem que não tem condições absolutas para ser delegado de polícia, esse homem que não tem condições para dirigir uma Delegacia de Polícia.

Tenho certeza, que serão extirpados esses milicianos que desonram o soldo que recebem, que desonram e não dignificam a farda que vestem, e, acima de tudo, enxovalham a Secretaria de Segurança Pública.

Nobre Deputado Jayme Carvalho, não é somente um cidadão seviciado que sofre a corrosão da falta de educação de Delegados e de soldados deste tipo e sim a sua família e a população.

Vi no memorial encaminhado ao Sr. Secretário de Justiça mais de duzentas assinaturas do povo de Ubatã pedindo clemência, pedindo que se fizesse correção sobre os abusos que estão sendo cometidos naquela localidade.

É o sofrimento e o desespero de uma população, é o sofrimento e o desespero de uma cidade inteira, é o sofrimento e o desespero de muitos e muitos chefes de família, não só daquele que foi uma das vítimas da sanha malsinada dessa polícia que serve no interior que não tem nenhuma formação e nenhuma dignidade para servir em favor da segurança pública e sim servem em favor da baderna pública. Isto, Sr. Presidente, está acontecendo constantemente,

Sr. Presidente, Srs. Deputados encaminharei, nesta oportunidade, um requerimento ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública, pedindo a abertura de inquérito para a verificação dos fatos ocorridos em Ubatã.

Preferimos deixar, bem claro, nesta oportunidade, que por se tratar a vítima de pessoa que conheço há mais de vinte anos, que não vá nas minhas palavras nenhuma ameaça, se medidas não forem tomadas pelo Sr. Secretário de Segurança do meu Estado.

Minha denúncia haverá de ser feita a todas as entrâncias necessárias até mesmo ao Ministério do Exército, porque é intolerável, é impossível, é inconcebível, que fatos dessa natureza venham ocorrendo.

Tantas e tantas vítimas já houveram e muitas outras haverão no futuro. Muitas delas, talvez, com caracterização de passado que pudesse pairar dúvidas se as tivéssemos que defender.

Entretanto, no caso desse cidadão, no caso desse homem, no caso deste ancião, no caso desse chefe de família honrado, prôbo, digno, vítima da polícia de Ubatã, daquele delegado malsinado e criminoso, eu não afastarei e não arredarei, ficarei talvez, falando, até o final do meu mandato, pedindo clemência e justiça para este caso.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, eu venho com bastante atenção, ouvindo o pronunciamento de V. Exa. na tarde de hoje mas, Deputado Lúcio Machado, quer me parecer que V. Exa. desempenha exatamente, neste seu pronunciamento, o papel de homem da Oposição. V. Exa. há de convir comigo que, na Polícia Militar do Estado do Paraná, há elementos de primeira grandeza, há elementos de bom caráter, como realmente também existem aqueles maus elementos.

Deputado Lúcio Machado, apenas para colaborar com o pronunciamento de V. Exa., porque com o seu requerimento

talvez seja tardio, mas, V. Exa. deveria também, nesta oportunidade em que faz severas críticas à Polícia Militar do Estado do Paraná, lembrar também desta tribuna que, os nossos delegados, que os delegados de carreira que são em número, se não me falha a memória, de 142, são pessimamente remunerados e que merecem um melhor vencimento, um melhor ordenado, para melhor desempenharem as suas funções.

Deputado Lúcio Machado, também ouvi suas palavras dizendo que o MDB venceria as eleições nos quatro cantos do Estado do Paraná. Eu aqui quero discordar de V. Exa., como Deputado, que V. Exa. é, digno, e honrado, e inteligente, com relação a que V. Exa. não terá jamais condições e capacidade, para prejudicar um pleito eleitoral; porque V. Exa. não pode, em hipótese alguma, representar o pensamento e a vontade da maioria dos eleitores do Estado do Paraná.

Portanto, V. Exa., Deputado Lúcio Machado, pode gravar e ter a certeza de que mais uma vez o seu Partido será derrotado, na maioria dos municípios do Estado do Paraná, nas próximas eleições de 15 de novembro.

Muito obrigado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Jurandir Messias, a estima e o respeito que tenho por V. Exa. prejudicam-me instintivamente, quando me obrigo a contestar as afirmativas de V. Exa. Entretanto, eu não prejudico os fatos, eu prevejo, com antecedência, a vitória do MDB, não porque V. Exa., como nós representantes do povo aqui nesta Assembléia Legislativa do Estado, estejam de qualquer forma prejudicando a caminhada progressiva de seu Partido, mas, porque, nobre Deputado, o Governo, entusiasmado com coisas subalternas, empolgado até pelo poder do Governo, tem esquecido nestes últimos tempos, que o povo, realmente, existe.

Se verificarmos o abandono em que se encontram os municípios do Paraná, com raríssimas exceções, o estado de insolvência que se encontram os municípios onde os administradores, em sua maioria, pertencem ao Partido do Governo, se analisarmos e verificarmos a corrupção que se faz com o dinheiro público em muitos municípios do Paraná; se verificarmos o esquecimento do Governo com referência ao funcionalismo público deste Estado, se sentirmos os fatos decorrentes do trabalho de Secretarias de Estado que esquecem, inclusive, que o cidadão, que o cidadão mesmo tem que ser pessoa respeitada e protegida pela polícia e, ao invés de assim ser, tem sido espancado, sequestrado e jogado nos calabouços.

Se verificarmos todos esses fatos, analisarmos todos esses ângulos, se objetivarmos sobre esses acontecimentos, naturalmente, pré-julgando, verificamos que o grande contribuinte para a vitória do meu Partido nas eleições de XV de Novembro é o próprio Partido do Governo, é o próprio Governo.

O Sr. Jurandir Messias. - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Lúcio Machado, V. Exa. disse que o Governo do Estado do Paraná se preocupa mais com politicagem do que com administração. V. Exa. Deputado Lúcio Machado tem a Casa não somente este Deputado, mas, toda a Casa, como testemunho quando aqui estive o Sr. Secretário dos Transportes que trouxe com ele seu gabinete e expôs na sala de reuniões, o seu amplo plano rodoviário que está em pleno funcionamento, que já temos em apenas um ano de Governo Jayme Canet, mais de mil km de estradas amplas, inclusive, muitas delas já asfaltadas; que temos no plano de educação, no plano da Secretaria de Agricultura que, também, aqui estive o Sr. Secretário

trazendo seu plano de governo. Se realmente dependemos da administração, do dinamismo do Governo, aí então, é que tenho certeza, Deputado Benedito Lúcio, que a ARENA só tem a ganhar e só tem a vencer no pleito de XV de novembro.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado

Jurandir Messias, mais uma vez me permito a analisar seu aparte de forma que fique bem esclarecido, a artificialidade perigosa do desenvolvimento que os olhos do povo brasileiro vê, no instante administrativo desta Nação. Há poucos dias, eu dizia, daqui, desta tribuna, que nunca este País emprestou tanto de outros países como vem emprestando nestes últimos dez anos.

O país, como cidadão comum, ao contrair um empréstimo, ele se responsabiliza pelo juro do capital emprestado em decorrência de seu valor e do tempo que este capital permanecerá em suas mãos.

Há, entretanto, uma diferença do País e cidadão, porque o País quando empresta, procede o empréstimo ao seu governo e vincula e responsabiliza-se do pagamento da dívida ao seu povo.

As dívidas de correções monetárias extorsivas como está ocorrendo no Brasil, os juros dos mais violentos e enfeitados por uma série de outros expedientes que só conhecem muito bem os funcionários das Carteiras Agrícolas do Banco do Brasil, só conhecem muito bem os Contadores dos Departamentos Financiadores e refinanciadores que existem inúmeros hoje neste Brasil, e a prova está aí do quanto o povo terá que pagar por esta época de artificialidade, que no dia 01 teremos uma nova alta, que não é novidade, num produto dos mais importantes para o progresso e desenvolvimento desta Nação, o petróleo.

E ainda o Sr. Ministro Ueki declarou recentemente se não me engano a semana passada, que a única forma de fazer com que o brasileiro diminua os gastos de gasolina, é subindo o preço deste produto.

Como se não entendesse o Sr. Ministro de Minas e Energia que a alta de gasolina representa a alta do transporte, representa o aumento da fome, representa a alta maior do povo brasileiro.

Não quis dizer S. Exa. o Sr. Ministro de Minas e Energia, que é preciso que suba o petróleo tantas quantas vezes seja necessário, não importando o sofrimento e o sacrifício do povo brasileiro, para que se possa pagar os juros de capitais emprestados, para que se possa pagar os royalties que roem e corroem esta Nação.

Sobe tudo. O alimento, o vestimento, o medicamento; sobe tudo neste País. Só o que não sobe é a rentabilidade per capita do cidadão brasileiro, que todos os dias tem que estar na sua atividade diária, para corresponder as necessidades de sua própria família, de subsistência de sua própria família.

Então o Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta imprimindo a esta Nação um desenvolvimento que a meu ver é acima de tudo perigoso, um desenvolvimento que é muito apressado e que caracteriza a cada dia que passa, maior miséria de seu povo; que caracteriza a cada dia que passa, maior miséria da gente deste país.

O Sr. Ivo Thomazoni - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Lúcio Machado, V. Exa. sabe que eu tenho

muito respeito por V. Exa. Agora, permita V. Exa., sem que eu o ofenda, porque não é esse o meu propósito, mas V. Exa. está sendo um pouco incoerente nas coisas que pronuncia.

Primeiro, porque V. Exa. entre outras coisas alinha o fato de que o aumento do preço dos produtos derivados do petróleo acarretam, conseqüentemente, o aumento dos fretes, o aumento do custo de vida, representado pelo aumento dos preços dos bens de consumo.

V. Exa. sabe, por ser inteligente, como é, que não fomos nós que detemos a hegemonia do petróleo. Nós, como de resto os países deste e de outros hemisférios, estamos integrados a uma política imposta pelos países da UDEPE. Mas, veja V. Exa. aonde está a incoerência, pretender que um governo volte a subsidiar os produtos derivados de petróleo, daí sim, é enganar o povo. Porque se estaria, de maneira falsa, permitindo o empobrecimento do país como Nação.

Nós já temos problemas demais. O Governo subsidia o trigo que é exatamente para possibilitar ao pobre o pão na sua mesa. E V. Exa. sabe os índices desse subsídio. O governo subsidia insumos para a cultura de cereais essenciais a que uma coletividade, que V. Exa. se refere, empobrecida, tenha acesso a esta mesa. Mas, subsidiar derivados de petróleo para que a classe tantas vezes referida desta tribuna e tida como aristocrática desta Nação, passeie com seus familiares em carros de grande consumo para que o subsídio venha a pesar também no orçamento do pequeno, me perdoe V. Exa., V. Exa. está cometendo a incoerência também quando diz, que o desenvolvimento pretendido por este governo revolucionário se está fazendo com muita pressa.

Mas é o MDB como é a ARENA também que diariamente, e hoje, nós temos expedientes aqui, cobrando do governo a ausência da construção de estradas, de escolas, de hospitais, de telefones, e um cem número de providências, exigidas sempre. E estes recursos não se conseguirão já implantados. V. Exa. eminente Deputado, tem todo o direito, V. Exa. está no seu papel de legítimo representante do povo, abrigado no partido de oposição, falar na linguagem que fala. Mas convém, nobre Deputado, e V. Exa. sabe disso, só não quer admitir. É o Estado do Paraná, dentre todos os Estados desta Federação, o de menor índice de endividamento, o que menos deve, e que tem portanto uma economia a mais estável, e, que como disse o eminente Deputado Jurandir Messias, está presenciando uma obra administrativa das mais grandiosas, no setor de rodovias, pois estamos com frentes de trabalhos em todos os cantos do Paraná, e V. Exa. disse que o MDB vai ganhar a eleição nos quatro cantos do Paraná. Nós nos contentamos em ganhar no miolo do Paraná, deixando os quatro cantos para o MDB.

Mas o que nós precisamos, eminente Deputado, é verificar o que está fazendo do esforço grandioso para contribuir este ano com mais de 3.200 salas de aula. (três mil e duzentas).

Recursos na aplicação de construção de hospitais. Observa-se uma legislação social que a revolução está pondo ao alcance do trabalhador urbano, do trabalhador rural, digna de elogios, não daqui de dentro só, fora daqueles que acompanham e vêem o desenvolvimento deste País, que é uma potência energética, que deixou a condição de País subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

Nós somos como o povo e como a Nação, a esperança do globo, e esta esperança, nós a vislumbramos a curto prazo, porque o que temos em índice de produção e de produtividade, e que estamos dando em termos de governo na área de produção,

é coisa que extrapola aos sonhos dos políticos de dez anos atrás. É por isso, eminente Deputado, que entendemos o papel de V. Exa. e eu gostaria que V. Exa. entendesse o meu, de cantar a grandiosidade de uma administração. Que pode ter erros, e V. Exa. aponta alguns. Quando um Delegado de Polícia, quando um modesto PM, da Polícia Militar, comete um desatino, quantas vezes involuntário, é o governo culpado, se quer tirar do governo a condição de promotor do bem estar de uma coletividade. Porque o delegado calças-curtas, V. Exa. falou assim, erra às vezes, por falta desta escolaridade, e de uma maneira inconveniente, é o Governo que paga, é a ARENA que paga. Nós temos que, a partir de sempre, cantarmos as coisas boas do governo, que são tantas. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, expressão magnífica de liderança do Governo nesta Casa, de V. Exa. que exerce muito bem e tranquilamente sua posição de advogado de defesa neste Parlamento.

O difícil, entretanto, é nobre Deputado, concordar com as afirmativas de V. Exa. quando diz que o petróleo, a gasolina principalmente, tem que subir para que os portadores de suntuosos carros, donos de uma economia elevadíssima façam um recesso dos gastos e diminuam o consumo da gasolina deste País.

V. Exa. não pode negar que 75 por cento da população deste País são pobres, proletários, lavradores recalcados a áreas pequenas e sobretudo ao peso inclusive do tributo estabelecido pelo próprio Governo através do Incra. São operários que todas as madrugadas tomam seu ônibus, às vezes com o último centavo para se transportar aos seus trabalhos. São homens e mulheres que constroem esta Nação, com sacrifício, com choro e com lágrimas. Não existe neste País o capital suntuoso para se transportar ao bel-prazer da satisfação para consumir o petróleo simplesmente porque tem esse capital de sobra. O petróleo neste País, de extensão territorial é a seiva que deve ser corrida dentro de todo o seu território amplamente, para que transportem as suas riquezas para que se assegure a economia do homem que produz em todas as suas atividades desta Nação.

V. Exa. não teria coragem de dizer na sua cancha política lá na localidade, quando o seu povo manda para cá todos os anos para ser seu representante, que o lavrador está bem, está vivendo bem, está recebendo o apoio do Governo, apoio este tão magnífico que o lavrador que a cada dez anos passados tinha dez alqueires de terra, hoje conseguiu ter uma fazenda com 150 alqueires, para sua família. A grande verdade é que o empobrecimento está imprimindo cada dia e cada vez mais da economia do brasileiro.

V. Exa., nobre líder do Governo, tem que aceitar que a realidade é incontestável. Estamos vivendo uma época de sofismo. O povo brasileiro sabe isso nos quatro cantos deste País, e o miolo também, e por isso mesmo o MDB vai ser um repositório de manifestação do "não" deste povo, porque o MDB vai dizer não ao Governo, votando no MDB. Não é porque V. Exa. tenha deixado de cumprir com seus deveres como representante do povo. É porque o Governo esqueceu que é preciso esquematizar, é preciso como disse o Primeiro Governador desta dinastia, revolver as entranhas deste País através da tecnocracia que entendam, acima de tudo, a fórmula de estabelecer uma receita para salvar esta Nação da doença. Mas o que tem acontecido, é o entregar das autoridades responsáveis pelo bem comum da gente brasileira, ao entusiasmo dos empréstimos que vêm do Japão, da Inglaterra, da Alemanha, da Espanha, da Itália, e de tantos outros países porque sabem todos os países do globo que emprestar dinheiro ao Brasil é a melhor inversão de capital que se pode fazer, enquanto o Governo esquece que emprestar tanto

é imprimir a escravidão maior ao povo brasileiro.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, veja que bem qualificou nosso líder quando disse que V. Exa. estava cometendo incoerência. V. Exa. disse que 70 por cento da população é proletária, e acha que não se deve aumentar o preço do petróleo.

Veja bem, nobre Deputado, se o Governo mantiver o preço do petróleo, terá que subsidiar a gasolina.

O Governo já vem subsidiando o trigo. O lavrador entrega a 127 cruzeiros a saca de trigo. E o trigo, hoje, para o consumidor é cerca de 120 cruzeiros a saca. O Governo subsidia a sacaria e todas as despesas. Subsidia quase que 50 cruzeiros em cada saca de trigo.

O Governo vem subsidiando a lavoura do café. Quando o lavrador inicia sua cultura de café, o Governo financia a 7 por cento de juros ao ano. Quando o Governo financia ao plantio, para formação do cafezal, até 10 mil pés, não existe juro nenhum durante os três primeiros anos, só depois do quarto ano.

Os insumos, 40 por cento, são pagos pelo Governo. Hoje, até a sacaria é subsidiada pelo Governo.

O que precisamos é conscientizar o pequeno agricultor para que eles se unam e se organizem em cooperativas. Hoje, o Banco do Brasil entrega a sacaria, para depósito de sua mercadoria, a 6 cruzeiros o saco. E esse preço é válido, em todo o território nacional.

O Governo vem procurando dar atendimento à classe mais pobre.

Já, dentro de poucos dias, será distribuído alimentos, pelo INPS.

Aposentadoria, atendimento médico por ambulatórios, o FUNRURAL, tudo isso o Governo vem procurando dar ao povo.

Não vejo porque, nobre Deputado, V. Exa. solicita subsídios para a gasolina, para que muitos possam se beneficiar. Porque, dessa forma, o dinheiro sairá da bolsa do povo. Se o Governo adquire a gasolina por mais, por que vai subsidiar essa gasolina?

Muito obrigado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — V. Exa. nobre Deputado, é que tem agido incoerentemente quando afirma que o preço da sacaria, que o preço dos insumos, facilidades de empréstimos, proteção do Governo através do FUNRURAL, proteção do Governo através do INPS. Se tivéssemos oportunidade, justificaríamos através de fatos incontestáveis, que, na realidade, o Governo nada está fazendo neste sentido.

Se fatos existem, de atendimentos dessa natureza, são prerrogativas de ordem legal. E, infelizmente, não estão nem sendo executadas com justiça, por parte do Governo Federal.

Citando simplesmente o FUNRURAL, que comete, acima de tudo, um ato criminoso quando dá a seus beneficiados, aos seus aposentados, a metade do salário mínimo. Disse, fato criminoso, porque a Lei estabelece que ninguém pode receber menos que um salário mínimo. E o próprio Governo, através de um organismo federal, dá a seus aposentados meio salário, enquanto que 2 e meio por cento de toda a produção nacional, de seu trabalho.

Eu me permito dizer a V. Exa. que, em outra oportuni-

de, irei apartear-lo, ou conceder-lhe aparte, quando tratar-se de um assunto desta natureza, a fim de conseguir, pelo menos, buscar um esclarecimento dos fatos.

Entretanto, nesta oportunidade, como o meu pronunciamento é completamente alheio a estes fatos, eu me permito concluir porque, acredito que, na verdade, já estamos concluindo. Antes porém, concederei aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado, não poderia, nesta oportunidade, deixar de afirmar que não concordo com os subsídios para o petróleo, mas também não poderia deixar de dizer que o petróleo tem sido a vítima do governo, que não soube gerir bem os dinheiros públicos desta terra.

A OPET está discutindo se aumentará ou não o petróleo. Seu último aumento já está esquecido no tempo, cerca de 1 ano. De lá para cá, tivemos inúmeros aumentos da gasolina, e teremos um outro aumento, a partir do mês que vem.

O petróleo deste País está sendo a vítima, para justificar a incapacidade do governo, de exercer uma política econômica condizente com as necessidades de um país pobre.

Sr. Deputado, a nossa dívida externa, é de 23 bilhões de dólares, nós gastamos apenas 3,5 em petróleo, ou seja, 1/7 dessa importância. Não é o petróleo o responsável pela mazela econômica deste País, e sim a incapacidade, a falta de coragem do governo, em enfrentar aqueles que estão no comando das multinacionais.

Sr. Deputado, quando houve a crise no Oriente Médio, em que os árabes tomaram responsabilidade, passaram a cobrar o preço justo do petróleo, o que fizeram os países mais adiantados da terra, inclusive aqueles auto-suficientes, ou quase que auto-suficientes, como a Argentina? Passaram a racionar petróleo: apenas carros com placas pares saíam num dia, no outro apenas com placas ímpares. Racionaram petróleo a Holanda, a Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos. No Brasil, a onda das multi-nacionais não permitiu, porque não podiam diminuir a produção de automóveis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A mesa comunica que está esgotado a Hora do Expediente e concede mais um minuto para suas conclusões.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

O Sr. Deni Schwartz — Infelizmente o tempo está esgotado, o assunto é bastante polêmico. Mas, Srs. Deputados, não é só o petróleo. Voltarei ao assunto para provar a esta Casa que não é o petróleo o responsável e sim os órgãos que têm a incumbência de traçar a política econômica deste País.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de efetuarmos a denúncia que fiz, apresentarei requerimento à Secretaria de Segurança Pública, para solicitar a abertura de inquérito quanto aos fatos ocorridos na cidade de Ubatuba. Meu requerimento está assim vazado. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por LEI, e, tendo em vista mais fato de arbitrariedade cometido pela Polícia, desta feita, contra cidadão humilde, é verdade, porém dos mais dignos, honrado, trabalhador e destacado chefe de família — Falo do SENHOR JOÃO PEREIRA DA SILVA, que por muitos anos residiu em meu mu-

nicípio, e agora residente e domiciliado em UBIRATÃ, onde exerce legalmente atividade comercial, e que, apesar de sua vida ímpar, foi no dia 14 do corrente mês, espancado, seviciado e violentado pelo Delegado de Polícia daquela localidade e milicianos daquela Delegacia, e que, pelos fatos que caracteriza crime, violência, arbítrio, subversão e brutalidade.

REQUER: após ouvido o Plenário, se oficie ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, determinando a imediata abertura de INQUÉRITO POLICIAL contra o Delegado terrorista de UBIRATÃ e elementos da Polícia com serviços naquela Delegacia, participantes do ato hediondo que estremeceu a população daquela localidade no dia 14 do mês de maio corrente, quando arrebatado de seu local de trabalho a vítima JOÃO PEREIRA DA SILVA e seu neto JOSÉ RAMOS, foram levados à Delegacia de Polícia, surrados, seviciados e violentados pelos pretensos representantes da JUSTIÇA naquela localidade.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976".

Permito-me, nesta oportunidade, congratular-me com as digníssimas professoras e seus alunos que, em data de hoje, honram esta Casa com sua visita.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 48 Srs. Deputados.

A Mesa quer, em extensão às palavras do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, registrar, com prazer e satisfação, a presença da delegação de alunos da Segunda Série da Escola Estadual de Demonstração e Experimentação Pedagógica "JOÃO TURIN", acompanhada pelas professoras Marilis Kuchanski e Neusa Zaninelli.

Aos visitantes e às suas mestras, o agradecimento da Assembléia Legislativa pelo comparecimento à nossa sessão.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 42/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 108/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o Município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 76/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade Pública a Academia de Acordeon de Londrina, com sede na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊN-

CIA. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o artigo 25 da Lei 4766, de 16 de novembro de 1973. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 39/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste, SACRO, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO.

PROJETO DE LEI 39/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE AMIGOS DE CRUZEIRO DO OESTE (SACRO), com sede em Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste foi fundada em 1969, com a finalidade precípua de filantropia, incentivo às atividades locais, sobretudo indústria e pecuária, promovendo por todos os meios a cidade. Os benefícios que daí advêm, para a comunidade são inegáveis, repercutindo não só materialmente através esforços comuns com fins de desenvolvimento, como também no conagraamento cívico-espiritual de seus membros.

Justo por tudo isto e por preencher as condições exigidas pela Lei que se lhes outorgue a utilidade pública.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares à iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 39/76

O presente Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, visa declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE AMIGOS DE CRUZEIRO DO OESTE — SACRO, com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Examinando a documentação que acompanha o plano de lei, pudemos constatar que o mesmo tem plenas condições de ser apreciado por esta Casa de Lei, senão vejamos:

- a) está devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas;
- b) está funcionando regularmente há mais de 1 ano;
- c) que seus membros da Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

Em assim sendo, prazeirosamente oferecemos nosso parecer pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Palmira Alves do Nascimento Soares, na cidade de Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abílio Costa, ocorrido em São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 19/76, — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, para conhecer, da Mesa, em que data foi solicitado, votado o requerimento de REGIME DE URGÊNCIA, a este processo de autoria do nobre líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador que foi pedida inclusão na Ordem do Dia; tanto que já tenha os pareceres aprovados, independe do Regime de Urgência. A Mesa desconhece, no momento, a data.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, não poderia eu precisar a data — posso fazê-lo em questão de minutos se assim a Presidência o desejar, mas, há um pedido de Regime de Urgência, que realmente eu subscrevi. O pedido foi aprovado por esta Casa, há cerca de 15 sessões anteriores à presente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Estando o Projeto em Regime de Urgência, já há 15 sessões, evidentemente a Comissão onde deve ser apreciado, que é a Comissão de Constituição e Justiça, perdeu naturalmente o prazo para opinar.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu quero comunicar a V. Exa. e à Casa, que estes requerimentos de Urgência não têm chegado ao conhecimento da Comissão com o tempo urgente que os caracteriza.

Este requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni só foi dado a conhecer à Comissão, em data de ontem. Portanto, a partir de ontem é que se conta o prazo de 48 horas, e não, de 15 sessões atrás. Nós não somos obrigados a saber se tais ou quais requerimentos foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Se a Comissão recebeu há apenas 24 horas, é evidente que não está vencido o prazo.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Questão de Ordem) Sr.

Presidente, a informação de que o requerimento do nobre Líder da ARENA teria sido apresentado há 15 sessões atrás, partiu dele mesmo. Esta Mesa e esta Casa não estão suficientemente informadas da procedência ou da veracidade desta informação. O líder da ARENA está apenas confiando na memória. Diante disto, e tendo em vista a informação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de que somente no dia de ontem esta decisão foi levada ao seu conhecimento, nós consultamos à Mesa se há possibilidade ou viabilidade de ser discutido e analisado o requerimento, para inclusão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Evidentemente que na sessão de hoje, não; se a CCJ a recebeu apenas ontem, ela tem 48 horas para deliberar.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, eu perguntaria se não se deve considerar prejudicado o requerimento, para inclusão na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está prejudicado e a Mesa o colocará na Ordem do Dia tão logo haja decorrido o prazo que a Comissão tem para examiná-lo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, respeitando o eminente líder do MDB, devo informar à Mesa que o meu requerimento não tem, como não teve e não terá, nenhuma pretensão de provocar, de V. Exa., a inclusão na Ordem do Dia, desta matéria, para a sessão posterior a esta.

Serve, o meu requerimento, como um alerta, eis que este Projeto de Lei é de interesse maior, para uma coletividade que aguarda poder ser abrigada no quadro do Magistério Público Estadual, com muita demora, para tecer parecer do Deputado Relator.

Não antevejo, Sr. Presidente, não é do meu feitio nenhuma ação de obstrução desta matéria, para análise do Plenário, mas tão somente para despertar à Mesa, o interesse da bancada da ARENA em votar esta proposição, porque é do interesse de uma coletividade que anseia em ser abrigada, segundo estatui dispositivo constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não está em votação, porque o requerimento não pode ser votado. O requerimento foi aprovado por este Plenário, em 19 de maio e, é estranho à Mesa que tenha sido comunicado à CCJ apenas ontem. E, determina aos responsáveis que, quando seja votado por esta Casa matéria que passa a ter Regime de Urgência, seja encaminhado imediatamente às Comissões que a deverão examinar. O requerimento, nestas condições, fica prejudicado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuado o cascalhamento da estrada que liga Imbituva a Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja determinado e colocada sinalização adequada para a noite, com luminosos ou dispositivos que ao reflexo da luz, alertem o motorista, quando da execução de obras tanto da TELEPAR, SANEPAR ou COPEL — **Aprovado.**

A Mesa encarece mais uma vez aos Srs. Deputados para quando redigirem seus requerimentos, não olvidarem de, em cima, trazer sua súmula, porque dificulta à Mesa e ao Plenário, a sua leitura.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde, no distrito de Oliveira Castro, Município de Guaíra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine a imediata abertura de inquérito policial contra o Delegado de Ubitatã e elementos da Polícia, com serviços naquela delegacia, que usaram de arbitrariedades, segundo denúncias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas medi-

das enérgicas, a fim de apurar a responsabilidade e punição dos policiais que durante a realização do jogo de futebol entre o Clube Atlético Paranaense e Colorado Esporte Clube, cometeram abusos e arbitrariedades contra o cidadão que invadiu o campo para abraçar os atletas que participavam daquela partida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da TELEPAR seja instalado um Posto Telefônico em diversos distritos de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que determine à TELEPAR a imediata instalação de Postos Telefônicos em diversos distritos administrativos pertencentes aos municípios de Santa Izabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Nós ontem, pedíamos para discutir o requerimento apresentado pelo eminente Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Na realidade, uma reivindicação justa, em que pese a instalação de postos telefônicos nos distritos de Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí. Nós pedimos para discutir em virtude dos termos do requerimento, quando faz uma referência de que o Governo disse, em visita àquela região, que apesar do extraordinário progresso daquela região noroeste, Tolentina, o governo estadual ainda não chegou. E que o Governo cumpra a sua promessa. Pode ser que o governo tenha dito que o governo ainda não chegou lá em setor de comunicações, porque nós sabemos que naquela região muitas obras de vulto têm sido realizadas pelo governo.

Quanto à promessa, existe uma programação da TELEPAR, caso inédito no Brasil, de que neste ano será completado em todos os municípios do Paraná, a instalação de novos canais, e a TELEPAR, tão logo conclua a instalação nas sedes municipais, iniciará sua programação nos Distritos e será atendida e cumprida a promessa do governo, dentro da programação da TELEPAR.

Foi por este motivo que pedimos para discutir, dado o seu requerimento, os termos do requerimento, com respeito a reivindicação justa do eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Encerrada a discussão. Em votação. — **APROVADO.**

A Mesa assinala a presença, em nosso Plenário, do Sr. Paulo Gorski, vice-Presidente do Diretório Estadual do Movimento Democrático Brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 76/74 e 18/76.
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 39/76.
1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 43/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 389/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2630, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ ANTONIO CARON, matrícula 301, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 390/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1979, de 22 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo 707/75, de 11 de novembro de 1975, na parte em que se refere a designação do funcionário ELOI MEZZADRI, matrícula 365, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Seção de Controle de Dotações; e,

II — designar o funcionário acima referido, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 391/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4081, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, o Decreto Legislativo 208/75, de 18 de abril de 1975, que designou o funcionário LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula 421, ocupante do cargo de nível PL "18" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo

Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Segunda Secretaria; e,

II — designar a funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula 222, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar da Segunda Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 264/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3975, de 13 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar SILVETE LACERDA GOMES BOING, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 265/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3889, de 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, CONRADO SCHENEIDER, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de maio a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 266/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4131, de 17 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário ENIO MEDEIROS, matrícula 010, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1976

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 267/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria 197/76, de 28 de abril de 1976, na parte que se refere a designação de WALDOMIRO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços junto à Liderança do Governo.

II — designar o funcionário acima referido, para prestar serviços no Gabinete da liderança da ARENA, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

ATAS DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na sala de reuniões, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Nelson Buffara e Werner Wanderer. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia onde foi relatado o seguinte Projeto. PROJETO DE LEI 109/75 — de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, que dispõe sobre obrigatoriedade de publicação da letra e do nome do autor do "Hino do Paraná", nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

Maria Aparecida Amaral - Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na sala de reuniões, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Werner Wanderer e Jurandir Messias. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI 193/72 — de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Faculdade de Administração de

Empresas, na sede do Município de Rio Negro. Relator. Deputado Jurandir Messias. Parecer: CONTRÁRIO. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na sala de reuniões, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Jurandir Messias e Nelson Buffara. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI 67/72 — de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspeção de Ensino Regional do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado. Esse Projeto voltou à Comissão para apreciar a emenda substitutiva. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer: contrário. APROVADO. PROJETO DE LEI 24/74 — de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo criar na Sede do Município de Sabáudia, um colégio comercial, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer: CONTRÁRIO. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na sala de reuniões, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Nelson Buffara, Werner Wanderer e

Jurandir Messias. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI 141/73 — de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaúcha, Nova Olímpia, Guaporema, e Rondon. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer: favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI 97/75 — de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, criar uma Inspeção de Ensino no município de Terra Roxa, com jurisdição no mesmo município e no município de Guaíra. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer: contrário. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

ATA DA COMISSÃO DE TURISMO:

COMISSÃO DE TURISMO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Turismo, para a instalação, com a presença dos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Jurandir Messias, Werner Wanderer, Nelson Buffara e Adalberto Daros. Assumiu a Presidência na forma regimental o Sr. Deputado Nelson Buffara, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o Sr. Deputado Nelson Buffara para Presidente e o Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Sr. Deputado Nelson Buffara agradeceu a confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Turismo, fazendo o propósito de corresponder integralmente na presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Stella Mader do Amaral Gurgel para exercer a função de secretária da Comissão, Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) NELSON BUFFARA — Presidente
Maria Stella Mader do Amaral Gurgel — Secretária